

Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.

CNPJ/MF 10.979.076/0001-64

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

www.copel.com eolicas@copel.com

Rua Emiliano Pernetta, 756, 4º andar - Curitiba - Paraná - Brasil

CEP 80420-080

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2016

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	7
Balanços Patrimoniais	7
Demonstrações de Resultados	8
Demonstrações de Resultados Abrangentes	8
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
1 Contexto Operacional	10
4 Caixa e Equivalentes de Caixa	19
5 Tributos	19
6 Investimentos	20
7 Intangível	21
8 Outras Contas a Pagar	21
9 Patrimônio Líquido	22
10 Despesas gerais e administrativas	22
11 Resultado Financeiro	22
12 Instrumentos Financeiros	23
13 Transações com Partes Relacionadas	23
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	24
PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	27

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

A Administração da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A., subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A., na condição de empresa Holding, controladora de 13 Sociedades de Propósito Específico - SPEs, que formam um complexo de parques eólicos denominados Cutia, em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativo ao exercício de 2016, acompanhadas do parecer dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição do acionista, a quem a Diretoria prestará os esclarecimentos adicionais necessários.

PERFIL ORGANIZACIONAL

A COMPANHIA

Constituída em 22.06.2009, a Companhia atua no segmento de energia e tem por objeto, especificamente, o desenvolvimento, a implantação e exploração de projetos de energia elétrica a partir de fontes eólicas, comercialização de energia elétrica, bem como a gestão de participações societárias.

Em 31.10.2014, sete controladas da Companhia venderam energia eólica no 6º Leilão de Energia de Reserva - LER. Por meio de contratos com prazo de suprimentos de 20 anos, foram negociados 71,2 MW médios pelo preço de R\$ 144,00/MWh (preço teto do leilão), atualizado pela variação do IPCA para R\$ 171,58 em 31.12.2016. Os sete parques eólicos possuirão, em conjunto, 86 aerogeradores com potência de 195,6 MW e garantia física de 71,4 MW médios e estão sendo construídos no município de São Bento do Norte, no Rio Grande do Norte.

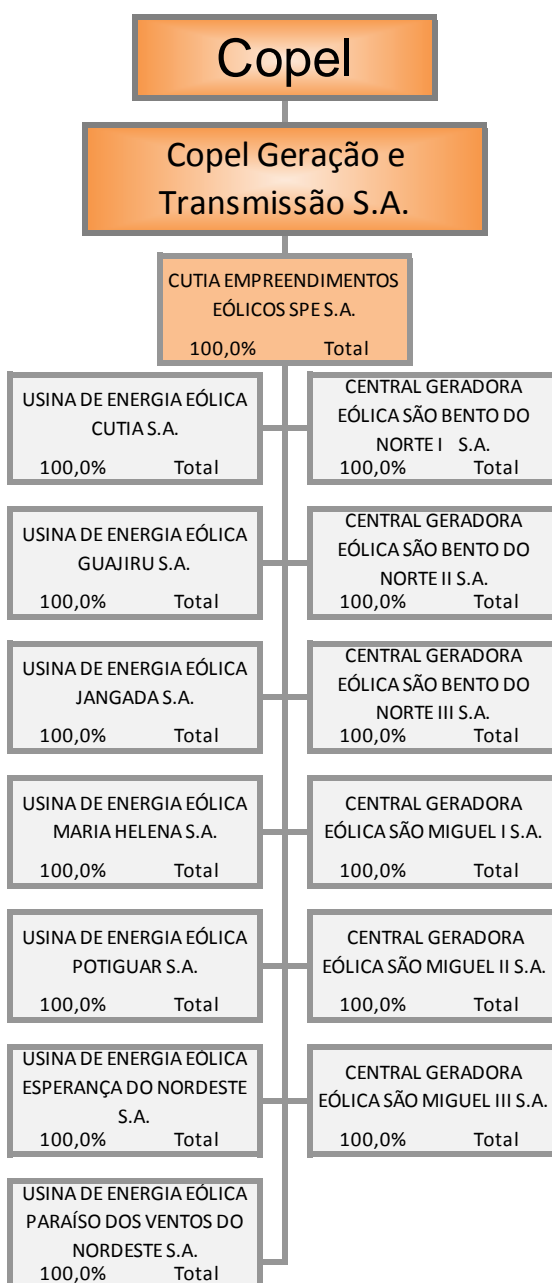
Empreendimento	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Preço Atualizado	Início de Suprimento	Participação
CUTIA	25,2	9,6	171,58		
GUAJIRU	21,6	8,3	171,58		
ESPERANÇA DO NORDESTE	30,0	9,1	171,58		
JANGADA	30,0	10,3	171,58	outubro/2017	100% Cutia
MARIA HELENA	30,0	12,0	171,58		
PARAÍSO DOS VENTOS DO NORDESTE	30,0	10,6	171,58		
POTIGUAR	28,8	11,5	171,58		
Total	195,6	71,4			

Em 16.12.2014, a Companhia adquiriu seis parques eólicos, listados na tabela a seguir, da empresa Rodrigo Pedroso Energia Ltda. Em 28.11.2014, os empreendimentos venderam energia eólica no 20º Leilão de Energia Nova (A-5) realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel. Foram negociados 54,8 MW médios pelo preço de R\$ 136,97/MWh (preço teto do leilão), atualizado pela variação do IPCA para R\$ 162,38 em 31.12.2016, por meio de contratos de disponibilidade com prazo de suprimento de 20 anos.

O complexo, formado por seis parques eólicos, contará com 63 aerogeradores cuja potência total soma 136,4 MW e garantia física de 54,8 MW médios, e está sendo construído no município de São Bento do Norte, no Rio Grande do Norte, mesma região geográfica dos demais Complexos Eólicos.

Empreendimento	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Preço Atualizado	Início de Suprimento	Participação
São Bento do Norte I	24,2	9,7	162,38		
São Bento do Norte II	24,2	10,0	162,38		
São Bento do Norte III	22,0	9,6	162,38		
São Miguel I	22,0	8,7	162,38	janeiro/2019	100% Cutia
São Miguel II	22,0	8,4	162,38		
São Miguel III	22,0	8,4	162,38		
Total	136,4	54,8			

ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO EM 31.12.2016



OPERAÇÃO COMERCIAL

Os complexos estão em fase pré-operacional. A entrada em operação comercial dos sete parques, que fazem parte do Leilão de Energia de Reserva - LER, está prevista para 01.10.2017 e dos seis parques do Leilão de Energia Nova (A -5), para 1º.01.2019. Até o final do exercício de 2016 a evolução física das obras encontram-se da seguinte forma:

Empreendimentos	Evolução	Investimento	Evolução	Investimento
	Física	Realizado	Física	Realizado
	em 31.12.2015	até 31.12.2015	em 31.12.2016	até 31.12.2016
Maria Helena	1%	675	25%	56.521
Potiguar	1%	675	37%	63.379
Paraíso dos Ventos do Nordeste	1%	675	40%	131.064
Jangada	1%	675	33%	59.006
Cutia	1%	21.080	42%	147.825
Esperança do Nordeste	1%	675	42%	143.435
Guajiru	1%	543	42%	63.158
São Bento do Norte I	1%	490	26%	20.879
São Bento do Norte II	1%	490	24%	19.875
São Bento do Norte III	1%	490	8%	10.194
São Miguel I	1%	445	14%	11.850
São Miguel II	1%	445	9%	9.363
São Miguel III	1%	445	10%	9.475
Total		27.803		746.026

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2016	2015
Indicadores Contábeis		
Ativo total	475.308	89.935
Caixa e equivalente de caixa	9.292	6.235
Custos e despesas operacionais	10.648	1.498
Equivalência Patrimonial	(317.359)	(737)
Resultado das atividades	(10.648)	(1.498)
EBITIDA ou LAJIDA	(328.007)	(2.235)
Resultado financeiro	3.002	382
Lucro líquido do exercício	(326.040)	(1.853)
Patrimônio Líquido	457.124	80.265
Indicadores Econômico-Financeiros		
Liquidez corrente (índice)	25,1	28,4
Liquidez geral (índice)	0,52	0,66
Participação de capital de terceiros (%)	3,8%	10,8%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	-406%	-6%

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos a acionista, funcionários, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 12 de abril de 2017

Cezar Monteiro Pirajá Junior
Diretor Presidente

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente FABIO ANTONIO DALLAZEM
Membros RICARDO ROTHSTEIN
CEZAR MONTEIRO PIRAJÁ JUNIOR

CONSELHO FISCAL

Presidente JOÃO ALBERTO DA SILVA
Membros Titulares LUIZ ROBERTO MORGENSTERN FERREIRA
DEONILSON ROLDO

DIRETORIA

Diretor Presidente/Técnico CEZAR MONTEIRO PIRAJÁ JUNIOR
Diretor de Gestão FAISAL ALI KASSEM
Diretora Financeira ANA CLARA MORRISSY JOHNSON
Diretor Adjunto SÉRGIO LUIZ MALUCELLI

CONTADOR

CRC-PR-048673/O-6 ADEMILSON RODRIGUES DOS SANTOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanças Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2016	31.12.2015
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.292	6.235
Outros créditos		6	11
Imposto de renda e contribuição social	5.1	130	119
		9.428	6.365
NÃO CIRCULANTE			
Investimentos	6	423.973	41.663
Intangível	7	41.907	41.907
		465.880	83.570
TOTAL DO ATIVO		475.308	89.935

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	NE nº	31.12.2016	31.12.2015
CIRCULANTE			
Obrigações sociais e trabalhistas		25	17
Fornecedores		72	66
Imposto de renda e contribuição social	5.1	106	-
Outras obrigações fiscais	5.2	24	18
Outras contas a pagar	8	148	123
		375	224
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.3	9	-
Outras contas a pagar	8	17.800	9.446
		17.809	9.446
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital	9	33.538	33.538
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	754.233	51.334
Prejuízos acumulados		(330.647)	(4.607)
		457.124	80.265
TOTAL DO PASSIVO		475.308	89.935

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
 em milhares de reais

	NE nº	31.12.2016	31.12.2015
Despesas Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	10	(2.294)	(1.498)
Outras receitas (despesas), líquidas	8	(8.354)	-
Resultado da equivalência patrimonial	6	(317.359)	(737)
		(328.007)	(2.235)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(328.007)	(2.235)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	11	3.385	402
Despesas financeiras	11	(383)	(20)
		3.002	382
PREJUÍZO OPERACIONAL		(325.005)	(1.853)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Imposto de renda e contribuição social	5.3	(1.026)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.3	(9)	-
		(1.035)	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(326.040)	(1.853)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
 em milhares de reais

	NE nº	31.12.2016	31.12.2015
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(326.040)	(1.853)
Outros resultados abrangentes		-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(326.040)	(1.853)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
 em milhares de reais

	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2015	33.538	-	(2.754)	30.784
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	51.334	-	51.334
Prejuízo do exercício	-	-	(1.853)	(1.853)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	33.538	51.334	(4.607)	80.265
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	702.899	-	702.899
Prejuízo do exercício	-	-	(326.040)	(326.040)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	33.538	754.233	(330.647)	457.124

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
 em milhares de reais

	NE nº	31.12.2016	31.12.2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(326.040)	(1.853)
Ajustes para reconciliação do prejuízo com a geração (utilização) de caixa das atividades operacionais			
Resultado da equivalência patrimonial	6	317.359	737
Imposto de renda e contribuição social	5.3	1.026	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.3	9	-
Provisão p/Desvalorização de Participação Societária	8	8.354	-
		708	(1.116)
Redução (aumento) dos ativos			
Outros créditos		5	-
Imposto de renda e contribuição social		(11)	(88)
Aumento (Redução) dos passivos			
Obrigações sociais e trabalhistas		8	17
Fornecedores		6	9
Outras obrigações fiscais		6	17
Outras contas a pagar		25	(7.102)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		747	(8.263)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(920)	-
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(173)	(8.263)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		-	9.564
Aportes em investimentos	6	(699.669)	(28.207)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(699.669)	(18.643)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital		702.899	25.841
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		702.899	25.841
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		3.057	(1.065)
Saldo inicial de caixa e equivalentes a caixa		6.235	7.300
Saldo final de caixa e equivalentes a caixa		9.292	6.235
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		3.057	(1.065)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. (“Companhia”), com sede na Rua Emiliano Pernetá, nº 756, 4º andar, Curitiba - PR, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Controladora ou Copel GeT) e Controlada indiretamente pela Companhia Paranaense de Energia (Copel), que tem por objeto, especificamente, o desenvolvimento, a implantação e exploração de projetos de energia elétrica a partir de fontes eólicas localizadas nos municípios de São Bento do Norte no estado do Rio Grande do Norte, comercialização de energia elétrica, bem como a gestão de participações societárias.

A Companhia tem investido no desenvolvimento de projetos eólicos para a participação em leilão de energia (Ambiente de Contratação Regulada - ACR) ou em possíveis acordos de compra e venda de energia pactuados por contratos bilaterais (Ambiente de Contratação Livre - ACL).

1.1 Participações societárias

A Companhia é controladora das sociedades de propósitos específicos, identificadas na NE nº 6, que estão em fase pré-operacional e que terão como atividade principal a geração de energia elétrica proveniente de fontes eólicas das seguintes centrais geradoras:

EOL	Autorização	Vencimento
Esperança do Nordeste	Portaria MME nº 183/2015 - EOL Esperança do Nordeste (a)	10.05.2050
Paraíso dos Ventos do Nordeste	Portaria MME nº 182/2015 - EOL Paraíso dos Ventos do Nordeste (a)	10.05.2050
Usina de Energia Eólica Jangada	REA nº 3.257/2011 - EOL GE Jangada (a)	04.01.2042
Maria Helena	REA nº 3.259/2011 - EOL GE Maria Helena (a)	04.01.2042
Usina de Energia Eólica Potiguar	Portaria MME nº 179/2015 - EOL Potiguar (a)	10.05.2050
Usina de Energia Eólica Guajiru	REA nº 3.256/2011 - EOL Dreen Guajiru (a)	04.01.2042
Usina de Energia Eólica Cutia	REA nº 3.258/2011 - EOL Dreen Cutia (a)	04.01.2042
São Bento do Norte I	Portaria nº 349/2015 - EOL São Bento do Norte I (b)	03.08.2050
São Bento do Norte II	Portaria nº 348/2015 - EOL São Bento do Norte II (b)	03.08.2050
São Bento do Norte III	Portaria nº 347/2015 - EOL São Bento do Norte III (b)	03.08.2050
São Miguel I	Portaria nº 352/2015 - EOL São Miguel I (b)	03.08.2050
São Miguel II	Portaria nº 351/2015 - EOL São Miguel II (b)	03.08.2050
São Miguel III	Portaria nº 350/2015 - EOL São Miguel III (b)	03.08.2050

(a) Empreendimento em construção.

(b) Início da construção em 2016.

2 Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

Ainda, a Companhia, de acordo com o IFRS 10 / CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, não está apresentando demonstrações financeiras consolidadas, considerando que:

- Ela é controlada indireta da Copel, a qual foi consultada e não fez objeção quanto à não apresentação das demonstrações contábeis consolidadas pela Companhia;
- Os instrumentos de dívida ou patrimoniais da Companhia não são negociados em mercado aberto;
- A Companhia não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações financeiras na Comissão de Valores Mobiliários, visando à emissão de algum tipo ou classe de instrumento em mercado aberto; e
- A sua Controladora indireta disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e IFRS.

A Diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 12.04.2017.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras são elaboradas com base no custo histórico.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4.1 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas, que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.4 e 6.1 - Redução ao valor recuperável de ativos;
- NE nº 3.5 - Provisões;

2.5 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, podem levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia conta com o suporte financeiro de sua Controladora.

3 Principais Políticas Contábeis

3.1 Método de equivalência patrimonial

Os investimentos em controladas são reconhecidos nas demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial. Conforme esse método, os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e o seu valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da investidora no lucro, no prejuízo e em outros resultados abrangentes gerados pelas investidas, após a aquisição. Esse método deve ser descontinuado a partir da data em que o investimento deixar de se qualificar como controlada.

As distribuições de resultados reduzem o valor contábil dos investimentos.

Quando necessário, para cálculo das equivalências patrimoniais, as demonstrações financeiras das investidas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às da Controladora.

3.1.1 Controladas

As controladas são as entidades em que a investidora está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade.

3.2 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para os sem cotação disponível no mercado.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:

Ativos financeiros

3.2.1 Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia e suas controladas gerenciam esses investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

Passivos Financeiros

3.2.2 Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.2.3 Baixas de passivos financeiros

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.3 Intangível

3.3.1 Projetos de pesquisas e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem tecnicamente e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

O montante dos gastos incorridos no desenvolvimento de projetos eólicos é reconhecido inicialmente ao custo, sendo posteriormente reduzido ao seu valor recuperável, uma vez que a sua recuperação está condicionada a viabilidade econômica dos referidos estudos e consequente realização do leilão de novos empreendimentos de geração de energia pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

O ativo é reconhecido por ocasião da existência de evidências claras e objetivas da viabilidade econômica. Essas condições são analisadas, individualmente ou em conjunto, considerando fatos e circunstâncias.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam.

Outros gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

3.3.2 Aquisição de projetos em desenvolvimento

Quando a Companhia adquire projetos em desenvolvimento de terceiros, é realizada uma análise da viabilidade desses projetos, e após o registro inicial a Companhia passa a revisar anualmente sua recuperabilidade ou se houver no decorrer do exercício indícios de que um projeto não é mais recuperável, é realizado o registro contábil para o resultado do exercício

3.4 Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de desvalorização.

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não-financeiros é revisado para a análise de uma possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras, em caso de reversão de perda de exercícios anteriores a mesma é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.5 Provisões

Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado. No momento do início das operações dos empreendimentos, todos os custos incluídos na Licença de Operação, cujos programas serão executados durante a concessão e o respectivo desembolso ainda não ocorreu, são mensurados e ajustados a valor presente de acordo com o fluxo de caixa estimado de desembolsos e registrados como provisões sócio-ambientais em contrapartida ao ativo relacionado ao empreendimento, sendo ajustados periodicamente. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza, e são registrados diretamente no resultado do exercício. Podem existir exceções, que serão tratadas como custos capitalizáveis no ativo correspondente.

3.6 Novas normas que ainda não entraram em vigor

Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31.12.2016. A Companhia não adotou as IFRS novas de forma antecipada.

As novas normas que podem ter impacto para a Companhia estão mencionadas a seguir:

3.6.1 CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 será aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1º.01.2018, com adoção antecipada permitida.

Esta norma estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros serão classificados em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais; e (iii) mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo IAS 39/CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, a IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC 38. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessas expectativas a cada data de reporte para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

No que tange as modificações relacionadas a contabilização de hedge, a IFRS 9 mantém os três tipos de mecanismo de contabilização de hedge previstos na IAS 39. Por outro lado, esta nova norma traz maior flexibilidade no que tange os tipos de transações elegíveis à contabilização de hedge, mais especificamente a ampliação dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumentos de hedge e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis à contabilização de hedge.

Adicionalmente, o teste de efetividade foi renovado e substituído pelo princípio de “relacionamento econômico”. Ainda, a avaliação retroativa da efetividade do hedge não é mais necessária e ocorreu a introdução de exigências adicionais de divulgação relacionadas às atividades de gestão de riscos de uma entidade.

Como a Companhia não aplicou a contabilização de hedge e não há ativo financeiro registrado, a Administração concluiu que não haverá impacto nas informações divulgadas ou valores registrados em suas demonstrações financeiras no que tange às alterações da norma sobre este tópico.

3.6.2 CPC 47/IFRS 15 - Esclarecimentos ao IFRS 15 - Receita de contratos com clientes

O CPC 47/IFRS 15 estabelece um modelo simples e claro para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes e, quando se tornar efetivo, substituirá o guia atual de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

Esta norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduz um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Em suma, pelos novos requerimentos da IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. Adicionalmente, esta norma estabelecerá um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes.

A IFRS 15 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2018, sendo permitida sua adoção antecipada. Considerando que a Companhia está em fase pré-operacional, a Administração avaliou os potenciais impactos da adoção deste novo pronunciamento, e concluiu que não haverá impacto nas informações divulgadas ou valores registrados em suas demonstrações financeiras.

3.6.3 IFRS 16 - Arrendamentos

Emitida em 13.01.2016, estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil os arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requerimentos do IAS 17, incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.

A IFRS 16 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2019, sendo permitida sua adoção antecipada desde que as entidades adotem também de forma antecipada a IFRS 15 - Receita de contratos com clientes. A Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção deste novo pronunciamento.

3.6.4 Alterações ao IAS 12 / CPC 32 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas

Emitidas em 19.01.2016, as alterações ao IAS 12 esclarecem as exigências de reconhecimento de ativos fiscais diferidos por perdas não realizadas em instrumentos de dívida e o método de avaliação da existência de lucros tributáveis futuros prováveis para a realização das diferenças temporárias dedutíveis, para endereçar a diversidade na prática.

As alterações ao IAS 12 serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2017, sendo permitida sua adoção antecipada. A Companhia avalia que a aplicação das alterações ao IAS 12 tende a não causar impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

3.6.5 Alterações ao IAS 7 / CPC 03 - Iniciativa de divulgação

Emitidas em 29.01.2016, as alterações ao IAS 7 da Iniciativa de Divulgação têm como objetivo que as entidades forneçam divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações nas responsabilidades decorrentes das atividades de financiamento.

Para tanto, o IASB exige que sejam divulgadas as seguintes variações nos passivos decorrentes de atividades de financiamento: (i) alterações de fluxos de caixa de atividades de financiamento; (ii) variações decorrentes da obtenção ou perda do controle de subsidiárias ou de outros negócios; (iii) efeito de variações cambiais; (iv) variações de valores justos; e (v) outras variações.

O IASB define passivos decorrentes de atividades de financiamento como passivos "para os quais os fluxos de caixa foram ou serão classificados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa como fluxos de caixa das atividades de financiamento". Saliencia também que as novas exigências de divulgação referem-se similarmente às alterações nos ativos financeiros, caso estes atendam à mesma definição. Por último, as alterações indicam que as variações dos passivos decorrentes de atividades de financiamento devem ser divulgadas separadamente das alterações de outros ativos e passivos.

As alterações ao IAS 7 serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2017, sendo permitida sua adoção antecipada. Uma vez que as alterações foram divulgadas em um intervalo de tempo menor que um ano antes do período obrigatório de adoção, as entidades ficam desobrigadas de publicação de informações comparativas na adoção inicial das alterações. A Companhia avalia que a aplicação das alterações ao IAS 7 implicará em alterações na abertura de classificação de valores das demonstrações de fluxo de caixa da companhia para os períodos futuros, sem outros impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

3.6.6 IFRIC 22 - Transações e adiantamentos em moeda estrangeira

Emitida em 08.12.2016, o IFRIC 22 aborda a taxa de câmbio a ser utilizada em transações que envolvam a contrapartida paga ou recebida antecipadamente em transações com moeda estrangeira.

O IFRIC será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2018, sendo permitida sua adoção antecipada.

A Companhia não possui transações em moeda estrangeira. Uma vez que ativos e passivos mensurados ao valor justo estão fora do escopo do IFRIC a Companhia avalia que o IFRIC 22 não causará impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

3.6.7 Alterações ao CPC 28/IAS 40 - Propriedade de investimento

Emitidas em 08.12.2016, as alterações ao IAS 40 esclarecem os requisitos relativos às transferências de ou para propriedades de investimento. As alterações serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2018, sendo permitida sua adoção antecipada.

A Companhia não possui Propriedade de investimento, portanto não haverá impactos destas alterações em suas demonstrações financeiras.

3.6.8 Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2014 - 2016

Anualmente, o IASB discute e decide sobre as melhorias propostas para as IFRS, conforme são levantadas ao longo do ano. As melhorias emitidas em 08.12.2016 tratam dos seguintes temas:

i) alterações à IFRS 1 – adoção Inicial do IFRS: exclui da norma algumas exceções existentes para aplicação no período de transição das entidades recém-adoptantes ao IFRS;

Com base em avaliação preliminar, a Companhia acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos suas demonstrações financeiras.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2016	31.12.2015
Caixa e bancos conta movimento	503	11
Aplicações financeiras de liquidez imediata	8.789	6.224
	9.292	6.235

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco), de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas entre 65% e 101% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 Tributos

5.1 Imposto de renda e Contribuição social

A Companhia tributa o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido e as alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente são de 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 anuais, para o imposto de renda, e de 9% para a contribuição social sobre uma base presumida integral de suas receitas financeiras.

Do montante de R\$ 130 apresentado em 31.12.2016 o valor de R\$ 112 refere-se ao imposto de renda retido na fonte sobre os rendimentos de aplicações financeiras.

5.2 Outras obrigações fiscais

	31.12.2016	31.12.2015
Passivo Circulante		
IRRF s/ serviços prestados	24	18
	24	18

5.3 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	31.12.2016	31.12.2015
Imposto de renda e contribuição social correntes		
Receita financeira auferida sobre os valores resgatados	3.432	-
(-) IOF	(344)	-
Base de cálculo IRPJ	3.087	-
Base de cálculo CSLL	3.087	-
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%) = 24%	741	-
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	285	-
Imposto de renda e contribuição social	1.026	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Receita financeira provisionada	27	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos = 34%	9	-

6 Investimentos

6.1 Mutação do investimento

	Saldo em 1º.01.2016	Equivalência Patrimonial	Aportes e/ou AFAC	Saldo em 31.12.2016
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A.	484	(19.001)	18.517	-
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A. - direito de autoriza�o	2.518	-	-	2.518
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A.	484	(17.949)	17.465	-
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A. - direito de autoriza�o	2.519	-	-	2.519
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A.	484	(9.385)	8.901	-
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A. - direito de autoriza�o	2.289	-	-	2.289
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A.	440	(10.952)	10.512	-
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A. direito de autoriza�o	2.289	-	-	2.289
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A.	440	(8.753)	8.313	-
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A. direito de autoriza�o	2.289	-	-	2.289
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A.	440	(8.631)	8.191	-
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A. direito de autoriza�o	2.289	-	-	2.289
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.	538	(23.079)	62.397	39.856
Usina de Energia Eólica Jangada S.A.	668	(21.572)	57.532	36.628
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.	668	(23.148)	62.161	39.681
Usina de Energia Eólica Cutia S.A.	20.821	(54.036)	118.068	84.853
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A.	668	(20.641)	55.218	35.245
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A.	668	(52.362)	142.336	90.642
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A.	667	(47.850)	130.058	82.875
	41.663	(317.359)	699.669	423.973

As Controladas reconheceram no exercício de 2016 perdas estimadas para redu o ao valor recuperável de seus ativos no montante de R\$ 314.464 referente aos ativos de gera o eólica em constru o no Estado do Rio Grande do Norte. O cálculo do valor em uso considerou: premissas e orçamentos da companhia e taxa de desconto antes dos impostos em moeda constante de 8,06%, que deriva da metodologia do WACC para o segmento de gera o de energia elétrica, ajustada para a condi o específica de tributa o daqueles empreendimentos. Essa perda foi reconhecida, principalmente, em fun o de: (i) aumento da taxa de desconto; e (ii) aumento do investimento originalmente previsto.

	Saldo em 1º.01.2015	Equivalência patrimonial	Aporte e/ou Afac	Saldo em 31.12.2015
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A.	-	(37)	521	484
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A. - direito de autorização	2.518	-	-	2.518
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A.	-	(37)	521	484
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A. - direito de autorização	2.519	-	-	2.519
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A.	-	(36)	520	484
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A. - direito de autorização	2.289	-	-	2.289
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A.	-	(36)	476	440
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A. - direito de autorização	2.289	-	-	2.289
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A.	-	(36)	476	440
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A. - direito de autorização	2.289	-	-	2.289
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A.	-	(36)	476	440
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A. - direito de autorização	2.289	-	-	2.289
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.	-	(30)	568	538
Usina de Energia Eólica Jangada S.A.	-	(39)	707	668
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.	-	(40)	708	668
Usina de Energia Eólica Cutia S.A.	-	(288)	21.109	20.821
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A.	-	(39)	707	668
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A.	-	(41)	709	668
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A.	-	(42)	709	667
	14.193	(737)	28.207	41.663

Em 31.12.2016, os compromissos totais assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços das usinas eólicas em construção montavam em R\$ 2.211.449.

7 Intangível

Custos de desenvolvimento	Vida útil	31.12.2016	31.12.2015
Eol Alto do Oriente	20 anos	11.568	11.568
Eol Jandaíra	20 anos	8.119	8.119
Eol Pedra Grande	20 anos	8.062	8.062
Eol Camarave	20 anos	6.165	6.165
Eol Dreem Pedra Grande	20 anos	1.827	1.827
Eol Esperança do Nordeste	20 anos	3.083	3.083
Eol Esperança dos Ventos do Nordeste	20 anos	3.083	3.083
		41.907	41.907

8 Outras Contas a Pagar

	31.12.2016	31.12.2015
Aquisição de equipamentos	9.446	9.446
Provisão p/Desvalorização de Participação Societária (a)	8.354	-
Outras obrigações	148	123
	17.948	9.569
	Circulante	148
	Não Circulante	17.800
		123
		9.446

(a) Valor referente a provisão de passivo a descoberto das controladas abaixo relacionadas:

	31.12.2016	31.12.2015
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A.	1.097	-
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A.	790	-
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A.	1.015	-
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A.	2.199	-
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A.	2.190	-
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A.	1.063	-
	8.354	-

9 Patrimônio Líquido

O capital social integralizado em 31.12.2016 monta a R\$ 33.538 e é composto por 33.538 ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes à Copel Geração e Transmissão S.A.

Em 31.12.2016 existe saldo de R\$ 754.233 de Adiantamento para futuro aumento de capital pertencentes à Copel Geração e Transmissão S.A., o qual há a intenção de capitalização para o período de 2017.

10 Despesas gerais e administrativas

	31.12.2016	31.12.2015
Pessoal	863	700
Serviços de terceiros	432	31
Planos previdenciário e assistencial	46	-
Seguros	17	29
Arrendamentos e Aluguéis	778	712
Outros	158	757
	2.294	1.498

11 Resultado Financeiro

	31.12.2016	31.12.2015
Receitas financeiras		
Renda sobre aplicações financeiras	3.377	402
Outras receitas financeiras	8	-
	3.385	402
(-) Despesas financeiras		
IOF sobre renda de aplicações financeiras	344	-
Variação monetárias e cambiais	23	6
Outras despesas financeiras	16	14
	383	20
	3.002	382

12 Instrumentos Financeiros

12.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2016		31.12.2015	
			Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado - Mantido para negociação						
Caixa e equivalentes de caixa	4		9.292	9.292	6.235	6.235
Passivos financeiros						
Fornecedores			72	72	66	66

12.2 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de riscos da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre suas atividades.

A Companhia está exposta ao seguinte risco:

12.2.1 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) **Risco de taxa de juros e variações monetárias**

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

13 Transações com Partes Relacionadas

Em 2016, a Companhia registrou despesas com seus Administradores referentes a honorários, no valor de R\$ 719 (R\$ 583, em 2015), e encargos sociais, no valor de R\$ 117 (R\$ 148, em 2015).

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 13 de abril de 2016, sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 12 de abril de 2017

/s/
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

/s/
Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

Os membros do Conselho Fiscal da CUTIA EMPREENDIMENTOS EÓLICOS S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Ordinária.

Curitiba, 12 de abril de 2017.

/s/

JOÃO ALBERTO DA SILVA
Presidente do Conselho

/s/

DEONILSON ROLDO
Conselheiro

/s/

HEITOR DANTAS FILHO
Conselheiro